



GRUPO DE REVISÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DE CÚPULAS (GRIC)
Primeira Reunião Ministerial de 2023
23 de junho de 2023
Washington, D.C.

OEA/Ser.E
GRIC/M.1/INF.27/23
30 junho 2023
Original: espanhol

TRABALHO REALIZADO PELOS GRUPOS TÉCNICOS *AD HOC* NA FASE DE ACOMPANHAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DA NONA CÚPULA DAS AMÉRICAS

(Apresentado pela Presidência do GRIC)

1. Antecedentes

Este relatório aborda os principais avanços obtidos no âmbito dos Grupos Técnicos *Ad Hoc* estabelecidos pelo Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC) na esfera ministerial, como parte da fase de acompanhamento e implementação da Nona Cúpula das Américas. A Nona Cúpula teve lugar na cidade de Los Angeles, em junho de 2022. Sob o lema “Construindo um Futuro Sustentável, Resiliente e Igualitário”, as Chefes e os Chefes de Estado e de Governo do Hemisfério aprovaram por consenso cinco documentos, elaborados como compromissos políticos, com 209 mandatos.^{1/}

- O documento do *Plano de Ação sobre Saúde e Resiliência nas Américas* estabelece as diretrizes de um plano de ação a ser acordado com vistas à Décima Cúpula e a ser executado até o ano de 2030.
- O *Programa Regional para a Transformação Digital* aborda as questões de ecossistemas digitais e conectividade, governo digital e aberto, segurança cibernética e crescimento econômico e competitividade. Incentiva o desenvolvimento de estratégias nacionais sobre inovação digital, com atenção às mulheres e aos grupos em situação de vulnerabilidade, e promove a convergência das iniciativas regionais existentes e o fortalecimento de infraestruturas digitais. Sugere a modernização da prestação dos serviços públicos e a abertura de dados. Em segurança cibernética, busca impulsionar a cooperação internacional e o intercâmbio de informações. Apoiar o fortalecimento da cooperação em comércio digital, o empreendimento, o desenvolvimento de indústrias inteligentes e a inclusão financeira.
- O documento sobre *Acelerando a Transição Justa para a Energia Limpa, Sustentável e Renovável* busca promover a eficiência e a integração energética, com especial atenção às mulheres e grupos em situação de vulnerabilidade, implementarem planos de ação para reduzir os efeitos do gás metano, trabalhar na implementação de metas para a redução de emissões e preparar planos nacionais para acelerar a transição energética. Propõe a promoção da disseminação de tecnologias, o financiamento para estimular sistemas energéticos com baixas emissões, a boa gestão do setor de mineração e o estabelecimento de objetivos para a ampliação da energia renovável.

1. Os documentos da Nona Cúpula das Américas se encontram disponíveis em: <http://summit-americas.org/documentosixcumbre/documentsixsummit.html>.

- O documento sobre *Nosso Futuro Verde Sustentável* busca abordar a crise climática mediante a conservação e restauração dos ecossistemas, a diminuição das emissões pelo uso da terra, o aproveitamento do papel dos oceanos na redução dos efeitos da mudança do clima e a promoção de padrões de produção e consumo sustentáveis. Promove a igualdade de oportunidades entre as populações afetadas, impulsionando a cooperação científica e a educação, aumentando o financiamento e os investimentos e promovendo o desenvolvimento de economias de baixas emissões. Firma o compromisso com o fortalecimento da proteção de defensores de direitos humanos em assuntos ambientais.
- O *Plano de Ação Interamericano sobre Governabilidade Democrática* compreende mandatos sobre democracia e direitos humanos, desenvolvimento sustentável, combate à corrupção e participação cidadã. Busca fortalecer mecanismos de diálogo mediante o apoio à Carta Democrática Interamericana e a análise e abordagem dos desafios à democracia. Promove medidas e condições que garantam uma participação mais universal no processo eleitoral e reconhece a importância das missões de observação eleitoral com os princípios que devem regê-las, juntamente com a proteção dos observadores. Recomenda a proteção das liberdades de imprensa, de associação, de reunião pacífica e de expressão; e o combate à divulgação de informação falsa. Promove a proteção das defensoras e defensores dos direitos humanos das mulheres, dos povos indígenas e tribais, das pessoas afrodescendentes e de outras populações em situação de vulnerabilidade ou marginalização.

Os Grupos Técnicos *Ad Hoc* são estabelecidos com a aprovação do documento “Implementação da Nona Cúpula das Américas: Calendário Provisório e Procedimentos de Trabalho”, no âmbito da Segunda Reunião Ministerial do GRIC de 2022, realizada em Lima, em outubro, por ocasião do Quinquagésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA). Nesse documento dispõe-se a constituição de cinco Grupos Técnicos *Ad Hoc*, formados por especialistas governamentais, para apoiar o avanço da implementação dos mandatos aprovados na Nona Cúpula. Além da participação de especialistas nomeados pelos governos da Nona Cúpula, contempla a participação de especialistas de instituições que fazem parte do Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas (GTCC), bem como a integração das recomendações das partes interessadas, inclusive a sociedade civil e os atores sociais, e os representantes do setor privado e da juventude.^{2/}

Os Grupos Técnicos *Ad Hoc* permitem que os governos compartilhem seus trabalhos relacionados aos avanços na implementação dos mandatos da Nona Cúpula. Seus objetivos específicos variam segundo a natureza do documento que abordem.

- Grupo Técnico *Ad Hoc* sobre Saúde: conseguir um acordo preliminar quanto ao Projeto de Plano de Ação sobre Saúde e Resiliência nas Américas.
- Grupo Técnico sobre Nosso Futuro Verde Sustentável: promover o intercâmbio de boas práticas e conhecimentos para a formulação ou a execução de planos nacionais,

2. “Implementação da Nona Cúpula das Américas: Calendário Provisório e Procedimentos de Trabalho”, doc. GRIC/M.2/doc.21/22 rev. 1. Disponível em: <http://www.summit-americas.org/GRIC2022/documentos%20GRIC%20Ministerial%202/Notional%20Calendar%20and%20Working%20Procedures%20ESP.pdf>.

além da coordenação de atividades conjuntas e de acompanhamento da implementação nacional.

- Grupo Técnico sobre Energia Limpa: monitorar os avanços para a transição energética, compartilhar boas práticas e coordenar os esforços regionais e nacionais.
- Grupo Técnico sobre Governabilidade Democrática: coordenar e informar sobre a implementação e atividades conjuntas, e identificar obstáculos a superar com base nos pilares do Plano de Ação Interamericano sobre Governabilidade Democrática.
- Grupo Técnico sobre Transformação Digital: impulsionar o uso dos mecanismos existentes e atividades de acompanhamento centradas nos pilares do Programa Regional para a Transformação Digital.

Segundo os Procedimentos de Trabalho, os Grupos Técnicos *Ad Hoc* informarão o GRIC, que, por sua vez, lhes oferecerá orientação e se encarregará do acompanhamento dos mandatos da Cúpula e do apoio a sua implementação. Nesse sentido, com exceção do Grupo Técnico *Ad hoc* sobre Saúde e Resiliência, depois da realização das reuniões finais dos Grupos Técnicos *Ad Hoc*, as copresidências desses grupos e a Presidência do GRIC prepararão relatórios para a consideração das Ministras e Ministros das Relações Exteriores. O primeiro exercício de apresentação de informação sobre a situação dos Grupos Técnicos foi realizado no decorrer da Primeira Reunião Ordinária do GRIC de 2023, em 6 de abril.^{3/}

A Secretaria de Cúpulas das Américas, como secretaria técnica do Processo de Cúpulas, vem prestando assistência técnica e assessoria à Presidência e aos governos no desenvolvimento efetivo e na prestação de informações sobre as reuniões dos Grupos Técnicos *Ad Hoc*, com a participação dos Estados e das entidades do GTCC, além de ter promovido a participação da sociedade civil e dos atores sociais e colocado à disposição das delegações suas recomendações.

2. Reuniões

Até esta data, foram realizadas 11 reuniões de Grupos Técnicos *Ad Hoc*. Duas reuniões dizem respeito ao Grupo Técnico *Ad Hoc* sobre Nosso Futuro Sustentável e Verde; a primeira centrada na proteção das defensoras e defensores do meio ambiente e a segunda no transporte marítimo sustentável e na preservação de ecossistemas costeiros. Outras duas reuniões abordaram o Plano de Ação Interamericano sobre Governabilidade Democrática; a primeira focada nos desafios à governabilidade democrática e na promoção dos direitos humanos no Sistema Interamericano e a segunda no combate à desinformação. Por outro lado, o Grupo Técnico Acelerando a Transição Justa para a Energia Limpa, Sustentável e Renovável reuniu-se uma vez para a apresentação de programas de transição energética de entidades do GTCC e a criação de ambientes favoráveis aos investimentos em energia limpa. O Grupo Técnico para o Plano de Ação sobre Saúde e Resiliência nas Américas reuniu-se em seis oportunidades, quatro delas para negociações. As duas restantes destinaram-se à apresentação pela Presidência da proposta do Projeto Preliminar de Plano de Ação sobre Saúde e Resiliência e ao diálogo com representantes da sociedade civil e dos atores sociais, inclusive a juventude e o setor privado, sobre o projeto preliminar. O Grupo Técnico sobre Transformação Digital fará sua reunião no segundo semestre de 2023.

3. O relatório da Presidência foi publicado como documento [GRIC/O.1/INF.32/23](#) e o Relatório Final dessa reunião como [GRIC/O.1/doc.98/23](#).

a) Plano de Ação sobre Saúde e Resiliência nas Américas

O Grupo Técnico *Ad Hoc* sobre Saúde e Resiliência se reuniu de forma periódica entre o início de fevereiro e o início de junho de 2023, com vistas a celebrar um pré-acordo sobre o Plano de Ação sobre Saúde e Resiliência nas Américas. As sessões desse Grupo Técnico *Ad Hoc* e as negociações verificadas em seu âmbito foram presididas pelo Doutor Nelson Arboleda, Diretor do Escritório das Américas do Departamento de Serviços de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos.

O Projeto de Plano de Ação focaliza os efeitos da pandemia de covid-19 e o fortalecimento da capacidade e da resiliência dos sistemas de saúde da região para fazer frente a surtos futuros de doenças infecciosas e a outros problemas de saúde. O documento reconhece os desafios socioculturais, econômicos, ambientais e estruturais enfrentados nas Américas, bem como os compromissos mundiais assumidos pelos Estados com respeito à saúde e à resiliência. É composto de cinco partes, cada uma com várias seções: 1) Promover o acesso equitativo a serviços e produtos de saúde; 2) Investir em sistemas de saúde; 3) Fortalecer a preparação para emergências; 4) Abordar as doenças não transmissíveis; e 5) Aproveitar a tecnologia de maneira adequada.

O Projeto Preliminar de Plano de Ação foi distribuído em nome da Presidência no final de janeiro de 2023 e apresentado durante a Primeira Reunião do Grupo Técnico *Ad Hoc*. Após a primeira reunião, a Presidência convidou as delegações a que oferecessem comentários sobre o documento. Com base nos comentários recebidos, a Secretaria de Cúpulas consolidou a versão revisada do Projeto Preliminar de Plano de Ação, que, em seguida, foi considerada durante a Segunda Reunião do Grupo Técnico. A essa sessão se seguiram três reuniões adicionais de negociação. Em seguida, ocorreu um diálogo com representantes da sociedade civil e dos atores sociais (coordenados em Grupos Temáticos Sub-Regionais pela Secretaria de Cúpulas), da juventude (coordenados pelo *Young Americas Business Trust – YABT*) e do setor privado (coordenados pelo *Americas Business Dialogue – ABD*). Finalmente, foi realizada uma reunião adicional de negociação, com o objetivo de celebrar os pré-acordos pendentes e de incorporar as contribuições apresentadas na sessão anterior.

Após a Sexta Reunião do Grupo Técnico *Ad Hoc*, realizada em 1º de junho, na qual fora concluída a negociação do Projeto Preliminar do Plano de Ação sobre Saúde e Resiliência nas Américas, o referido projeto foi enviado ao Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC) para consideração. Encerrada sua discussão pelas delegações, no âmbito da Segunda Reunião Ordinária do GRIC de 2023, realizada em 12 de junho, sob a liderança do Presidente do GRIC e Coordenador Nacional de Cúpulas dos Estados Unidos, Kevin O’Reilly, o Projeto de Plano de Ação foi encaminhado para consideração e aprovação das Chanceleres e dos Chanceleres, por ocasião da Primeira Reunião do GRIC de âmbito Ministerial. A Reunião Ministerial do GRIC adotou o Plano de Ação em 23 de junho de 2023, por ocasião da Assembleia Geral da OEA, em Washington, D.C.

O diálogo entre as delegações se serviu também das contribuições das partes interessadas do Processo de Cúpulas. Especialmente, o Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas (GTCC) desempenhou importante papel: a Organização Pan-Americana da Saúde (OPS) ofereceu valiosos comentários, os quais foram reunidos pelas delegações para enriquecer a redação do texto negociado. Do mesmo modo, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) apresentaram insumos.

Do mesmo modo, na sessão de diálogo das delegações com representantes da sociedade civil e dos atores sociais, da juventude e do setor privado (integrados nos Grupos Temáticos Sub-Regionais,

no YABT e no ABD, respectivamente) as representantes e os representantes ofereceram contribuições concretas ao documento de negociação. O ABD destacou, entre outras questões, a necessidade de se contar com fóruns de diálogo com o setor privado, a promoção da convergência normativa e de medidas para estimular o investimento e o intercâmbio de conhecimentos e de fortalecer a governança do setor. O YABT se centrou na promoção da saúde mental e da saúde sexual e reprodutiva, nas capacitações em matéria de saúde, no favorecimento de iniciativas da juventude e na inclusão de menções a meninas e à juventude. Por sua vez, os porta-vozes dos Grupos Temáticos Sub-Regionais focalizaram a garantia do acesso equitativo aos serviços da saúde, respeitando a privacidade, o favorecimento do diálogo entre os Estados em matéria de saúde, a questão dos direitos sexuais e reprodutivos e a atenção aos grupos em situação de vulnerabilidade, entre outros temas.^{4/}

b) Nosso Futuro Verde Sustentável

O Grupo Técnico sobre Nosso Futuro Verde Sustentável reuniu-se em duas ocasiões, com o objetivo de promover o intercâmbio de boas práticas e conhecimentos para a formulação e execução de planos nacionais na matéria e para coordenar atividades conjuntas.

A Primeira Reunião desse Grupo Técnico *Ad Hoc* abordou a proteção das defensoras e defensores do meio ambiente, conforme descreve o parágrafo 1, f, do respectivo documento. Realizada em 24 de janeiro de 2023, foi presidida pela Subsecretária do Escritório de Oceanos e Assuntos Ambientais e Científicos Internacionais do Departamento de Estado dos Estados Unidos, Mónica Medina, e pela Administradora Adjunta do Escritório de Assuntos Internacionais e Tribais da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos, Jane Nishida.

A coalizão da sociedade civil *Alianza para los Defensores de la Tierra, los Pueblos Indígenas y el Medioambiente* (ALLIED) foi convidada a fazer uma apresentação sobre o assunto. Nela, descreveu tanto assassinatos quanto ataques não letais cometidos contra defensoras e defensores e a falta de investigação ou de ação legal sobre esses fatos. Recomendou a realização de consultas significativas e constantes com os defensores e as defensoras, a sociedade civil e o setor privado; o trabalho conjunto com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) a fim de desenvolver planos de ação nacionais em harmonia com o Acordo de Escazu; o monitoramento dos ataques; o fortalecimento dos mecanismos de proteção; a priorização da investigação e da ação legal sobre os ataques feitos contra os defensores e as defensoras; e a criação de narrativas positivas sobre os defensores e as defensoras.

Entidades-chave do GTCC também se apresentaram como expositores. A Relatoria Especial sobre Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (REDESCA-CIDH) da OEA alertou sobre a difícil situação por que passam as defensoras e defensores, ao mesmo tempo que celebrou que o Sistema Interamericano seja pioneiro na proteção do direito humano a um meio ambiente sadio. Destacou a Resolução 3/21 da CIDH e da REDESCA sobre emergência climática e sua incorporação do enfoque de direitos à emergência climática.^{5/} Por sua vez, a Unidade de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável da CEPAL se pronunciou na qualidade de secretaria do Acordo de Escazu sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais. Destacou que o acordo é o primeiro a incorporar disposições para a proteção de direitos em assuntos ambientais e fez referência ao enfoque triplo do artigo específico do acordo sobre

-
4. Acesso à Lista de documentos com as contribuições apresentadas na Quinta Reunião do Grupo Técnico *Ad Hoc* sobre Saúde: http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_23/CMBRS02563T02.docx.
 5. Acesso à Resolução 3/21: https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/pdf/2021/resolucion_3-21_spa.pdf.

defensores ambientais, centrado na busca de ambientes seguros, no fortalecimento de medidas de prevenção e proteção e na formulação de medidas de resposta.

No diálogo que se seguiu às exposições dos especialistas governamentais, esses especialistas descreveram os esforços por eles envidados por fortalecer a proteção das defensoras e defensores do meio ambiente em âmbito nacional e as tarefas de cooperação implementadas. Destacaram a existência de um fundo voluntário para a implementação do Acordo de Escazu, bem como ressaltaram a necessidade de que haja consultas públicas para a priorização de ações estatais ou prévias à realização de projetos com impacto sobre as comunidades e o meio ambiente. Fez-se alusão a boas práticas em matéria legislativa e de implementação de políticas relacionadas às consultas públicas, e à disposição de compartilhar as experiências e lições aprendidas. Também coincidiram na necessidade de evitar a duplicação de esforços em âmbito internacional. Por outro lado, algumas delegações se centraram nos desafios de coordenação de ações nacionais, em virtude das diferentes atribuições dos governos locais. Outras delegações focalizaram os esforços de redução de emissões de gases de efeito estufa e de prevenção do desmatamento, assim como a necessidade de que se disponha de maior financiamento.

Por outro lado, a Segunda Reunião do Grupo Técnico *Ad Hoc* sobre Nosso Futuro Verde Sustentável abordou os parágrafos 3.c e 3.d sobre o transporte marítimo ecológico e a proteção dos ecossistemas litorâneos. Realizada em 1º de março de 2023, na Cidade do Panamá, por ocasião da Conferência Nosso Oceano, foi copresidida pelas delegações dos Estados Unidos e do Panamá, lideradas pela Enviada Especial Adjunta para a Mudança do Clima do Departamento de Estado dos Estados Unidos, Sue Biniaz, e pela Subsecretária de Oceanos, Pesca e Assuntos Polares do Escritório de Oceanos e Assuntos Ambientais e Científicos Internacionais do Departamento de Estado dos Estados Unidos, Maxine Burkett, juntamente com a Vice-Ministra do Meio Ambiente do Panamá, Diana Laguna Caicedo, e a Subsecretária de Energia do Panamá, Rosilena Lindo Riggs.

Para a sessão que abordou o transporte marítimo ecológico foram convidados especialistas técnicos da Autoridade do Canal do Panamá e do *Mærsk Mc-Kinney Møller Center for Zero-Carbon Shipping*. A Gerência de Coordenação Interinstitucional da Autoridade do Canal do Panamá destacou a contribuição do Canal para a redução de emissões do transporte, os esforços por alcançar a neutralidade do carbono em suas operações e a preservação dos ecossistemas vizinhos. O *Mærsk Mc-Kinney Møller Center* alertou sobre a possibilidade de que as emissões do setor marítimo continuem crescendo caso se mantenha a tendência. Nesse sentido, recomendou que se promova a eficiência energética, a produção de combustíveis alternativos, a elaboração de regulamentos globais para igualar as condições e o apoio a pioneiros em toda a cadeia de valor para alcançar a neutralidade do carbono do transporte marítimo, entendidos todos como os pilares para que se chegue à neutralidade da atividade até 2050.

Com relação a essas exposições, as delegações estabeleceram intercâmbios com os especialistas e destacaram iniciativas levadas a cabo, inclusive no âmbito da Organização Marítima Internacional (OMI), para reduzir a contaminação pelos navios e dos oceanos. Os intercâmbios trataram do desenvolvimento de estratégias nacionais de hidrogênio verde e de resiliência de infraestruturas do setor logístico frente à mudança climática e do estabelecimento de orçamentos públicos que incorporem variáveis de mudança do clima. Também abordaram a Declaração de Clydebank sobre a descarbonização do transporte marítimo, a criação de corredores verdes nacionais e internacionais e sua compatibilidade com o regime multilateral de comércio. Destacaram ainda a necessidade da promoção de maior colaboração entre os governos e a indústria e da inclusão das comunidades locais e indígenas na transição para o transporte com emissões zero. Por outro lado, abordou-se o princípio

das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, e a necessidade de se contar com financiamento para a adaptação da infraestrutura e das tecnologias destinadas a reduzir as emissões na atividade.

Especialistas técnicos da *Conservation International* foram convidados para a sessão sobre a proteção dos ecossistemas marítimos litorâneos. Nela, esses especialistas discorreram sobre o papel dos ecossistemas de carbono azul no sequestro de carbono e a necessidade imperiosa de inventariá-los e protegê-los. Esclareceram que entre um quarto e a metade desses ecossistemas se perderam, destacando, ao mesmo tempo, a liderança da região em estratégias de proteção. Aduziram que as soluções baseadas na natureza podem contribuir para o cuidado das fontes de água para a geração de energia a partir do hidrogênio, simultaneamente permitindo a captura de dióxido de carbono e a produção de biomassa.

As delegações dialogaram sobre esses temas e apresentaram iniciativas governamentais de assistência para a mitigação e a adaptação. Em primeiro lugar, falaram sobre os esforços por aumentar os percentuais de áreas marinhas protegidas. Destacaram políticas e estratégias nacionais de carbono azul, centradas na coordenação institucional, na gestão e reabilitação de ecossistemas, sua valorização econômica e financiamento, no fortalecimento de competências e na sensibilização sobre sua importância. Outras delegações ressaltaram a importância de intensificar as campanhas nacionais de pesquisa e produzir informação pública. Do mesmo modo, um dos temas centrais foram os diversos esforços por inventariar o carbono azul e a disposição de se fortalecer a capacidade no exterior nesse sentido. Outras delegações se centraram nas soluções baseadas na natureza e seu impacto no setor energético.

No que se refere às entidades do GTCC, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) destacou o compromisso de sua instituição com o estímulo ao financiamento relacionado à natureza, à integração do capital natural e à biodiversidade em suas operações, assim como às ações do Laboratório de Capital Natural. Por sua vez, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) destacou o trabalho realizado no apoio aos Estados na proteção de áreas marítimas e sua biodiversidade e a assistência prestada em relação às contribuições determinadas no âmbito nacional e à Convenção sobre a Biodiversidade Biológica.

c) Acelerando a Transição Justa para a Energia Limpa, Sustentável e Renovável

A reunião do Grupo Técnico sobre Acelerando a Transição Justa para a Energia Limpa, Sustentável e Renovável se centrou no financiamento de energias limpas. Realizada em 9 de março de 2023, foi presidida pelo Subsecretário Adjunto do Escritório de Assuntos do Hemisfério Ocidental do Departamento de Estado dos Estados Unidos, Mark Wells.

O GTCC participou ativamente. Houve exposições da OEA, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e de todos os bancos multilaterais membros do GTCC. A OEA, por intermédio da Unidade de Coordenação Técnica da Parceria em Energia e Clima para as Américas (ECPA), falou sobre a centralidade do vínculo entre os conceitos de energia e segurança. No mesmo sentido, destacou que a consecução de metas técnicas demanda acordos políticos, cristalizados, no caso da ECPA, em suas reuniões ministeriais. Anunciou, então, que a Sexta Reunião Ministerial se centrará em fontes de energia limpa, acesso universal à energia, eficiência energética, integração energética regional e resiliência. Por sua vez, a OCDE alertou sobre o desenvolvimento de políticas contrárias aos planos de descarbonização, como o caso dos subsídios aos combustíveis fósseis, e sobre o fato que apenas um quarto dos países da região apresenta compromissos de neutralidade de carbono até 2050. Informou sobre seu Programa de Mobilização de Investimentos e Financiamento de Energia

Limpa (CEFIM), cujo objetivo é proporcionar assistência técnica, o desenvolvimento de competências e a redução de barreiras técnicas para os investimentos em energia limpa.

Por outro lado, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), o Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE), o Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC) e o Banco Mundial prestaram informação atualizada sobre seus programas de financiamento de energia limpa. Os especialistas dos bancos também apresentaram um panorama da matriz energética regional e declararam que a liderança da região na utilização de energias renováveis se deve à presença da hidroelétrica. Abordaram as tendências projetadas de participação de energia bem como os desafios persistentes para a transição, determinados, em grande medida, pelo setor de transporte. Nesse sentido, acrescentaram que existem obstáculos em matéria de eficiência energética. Destacaram a importância do estabelecimento de maior coordenação entre a formulação de políticas de promoção, a introdução de estruturas normativas e os planos de negócios. Outro ponto de coincidência foi a necessidade de se oferecer segurança jurídica e se dispor de estruturas normativas e fiscais sólidas e duradouras. Também foram destacados os esforços por promover a participação do setor privado nos planos de transição.

Por sua vez, o setor privado, representado pela *AES Corporation*, discorreu sobre os critérios que o setor utiliza ao avaliar oportunidades de investimento em energia limpa, como o respeito ao Estado de Direito, as políticas normativas progressivas, os processos de licenciamento definidos e o acesso a liquidez, e sobre a criação de condições para a atração de investimentos.

As delegações destacaram que a promoção de energias limpas não só contribui para limitar o aumento das temperaturas, mas representa oportunidades de desenvolvimento e de maior segurança energética. Abordaram as estratégias energéticas nacionais destinadas a fomentar fontes de energia mais limpas, a substituição gradual de formas mais contaminantes, o desincentivo a projetos de energia com alto conteúdo de carbono e o acesso universal à eletricidade. Destacaram que a cooperação internacional e o desenvolvimento de competências são fundamentais para essas ações.

d) Plano de Ação Interamericano sobre Governabilidade Democrática

Sua primeira reunião foi copresidida pelo governo dos Estados Unidos e pelos governos do Canadá e da Costa Rica, representadas pelo Coordenador Nacional de Cúpulas dos Estados Unidos e Presidente do GRIC, Kevin O'Reilly; pelo Coordenador Nacional Adjunto do Canadá, Embaixador Hugh Adsett, e pela Coordenadora Nacional da Costa Rica, Embaixadora Alejandra Solano Cabalceta. Foi realizada em 28 de março de 2023 por ocasião da Segunda Cúpula pela Democracia e sob o lema "Fazer frente aos desafios e promover os direitos humanos para consolidar nosso compromisso com a democracia no Sistema Interamericano".

A OEA, como Presidência do GTCC, foi representada pelo Secretário de Assuntos Hemisféricos, Embaixador James Lambert, e pelo Secretário para o Fortalecimento da Democracia, Francisco Guerrero. O Embaixador Lambert destacou a realização de intercâmbios prévios em matéria de resiliência democrática inseridos no Processo de Cúpulas e salientou aspectos do Plano de Ação Interamericano sobre Governabilidade Democrática, como o fortalecimento de mecanismos regionais para abordar desafios à democracia, a cooperação regional em apoio à Carta Democrática Interamericana e o direito ao voto. Por sua vez, o Secretário Guerrero destacou o compromisso assumido na Nona Cúpula de fortalecer o diálogo político na abordagem dos desafios da democracia e

de cooperação para apoiar a Carta. Nesse sentido, fez um apelo para que se aproveite o multilateralismo para defender a democracia na região.

Representantes da sociedade civil especializada também falaram sobre a situação da governabilidade democrática na região e formularam recomendações. A Fundação para o Devido Processo alertou para a ingerência sobre o Poder Judiciário, a estigmatização e a criminalização de opositores, a exacerbação da polarização por parte dos poderes executivos, o fechamento do espaço cívico, o crescente papel das forças armadas e o questionamento dos sistemas internacionais de justiça. Ao destacar os mecanismos no âmbito da OEA, convidou a que se faça uso dessa capacidade existente para preservar a democracia e para adaptar mecanismos de observação eleitoral para a escolha de juízes. O aproveitamento de mecanismos existentes também foi apoiado pelo Centro Carter, que acrescentou a necessidade de que haja vontade política para que essas instituições cumpram sua missão.

As principais coincidências apontadas tanto pelas delegações como pela sociedade civil especializada se centraram, em primeiro lugar, no desafio que a desinformação representa para a democracia. Em segundo lugar, salientaram a necessidade de se conseguir que as democracias ofereçam respostas aos problemas da desigualdade e da insegurança cidadã.

Algumas delegações especificaram que a democracia não está circunscrita à realização de eleições, mas que se estende ao reconhecimento dos direitos das pessoas, à separação de poderes e ao bom governo, para garantir a igualdade de oportunidades e a mobilidade social ascendente. Também enfatizaram a necessidade de que se disponha de melhores ferramentas no âmbito de alertas precoces sobre ameaças à democracia. Abordaram temas relacionados ao fortalecimento dos sistemas eleitorais e ressaltaram que as missões de observação eleitoral são ferramentas para a consolidação da democracia. Por outro lado, abordaram o papel das tecnologias digitais na proteção dos direitos humanos, na garantia da acessibilidade e na promoção do pluralismo, na liberdade de expressão, na luta contra a mudança climática e no crescimento econômico inclusivo.

Por outro lado, destaca-se que, por meio dos mandatos 12 e 12.m. do Plano de Ação Interamericano sobre Governabilidade Democrática, as Chefes e os Chefes de Estado e de Governo se comprometem a continuar cumprindo os mandatos da Oitava Cúpula, mediante a participação ativa no Mecanismo de Acompanhamento e Implementação do Compromisso de Lima.⁶ Esse compromisso não só supõe uma continuidade a respeito das diretrizes estabelecidas em Lima, em 2018, mas também facilita que se ofereça um adequado acompanhamento do combate contra um flagelo que as democracias da região enfrentam.

O segundo evento organizado pelo Grupo Técnico *Ad Hoc* centrou-se na questão da garantia da integridade da informação e no combate à desinformação nos processos eleitorais. Copresidida pelo Governo do Canadá e copatrocinada pelo Governo do Chile, foi realizada por ocasião do Quinquagésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA, em Washington, D.C. O Governo dos Estados Unidos participou na qualidade de Presidência do Processo de Cúpulas, representado pelo Coordenador Nacional de Cúpulas, Kevin O'Reilly, e pela Secretária Auxiliar Adjunta para Assuntos do Hemisfério Ocidental em Matéria de Diplomacia Pública, Políticas, Planejamento e Coordenação do Departamento de Estado, Kerri Hannan. As entidades do GTCC

6. *Link* de acesso à plataforma *on-line* do Mecanismo de Acompanhamento e Implementação do Compromisso de Lima: <http://compromisodelima.rree.gob.pe/compromiso/Consulta/Verificar>. Atualmente, por solicitação do Governo do Peru, vem-se gerindo a transferência do *software* do Mecanismo da Chancelaria Peruana para a SG/OEA, como Secretaria Técnica do Processo de Cúpulas.

também participaram, inclusive, pela OEA, com exposições do Secretário de Assuntos Hemisféricos, Embaixador James Lambert, do Secretário para o Fortalecimento da Democracia, Francisco Guerrero, e do Relator Especial para a Liberdade de Expressão, Pedro Vaca. A Diretora da Secretaria de Cúpulas, María Celina Conte, moderou a segunda parte da sessão.

A primeira parte da sessão foi moderada pelo Colaborador Principal e Diretor Adjunto do Programa Américas do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS), Christopher Hernandez-Roy, e centrou-se em um debate de especialistas regionais e entidades da sociedade civil, do setor acadêmico e dos atores sociais especializados em desinformação e sistemas eleitorais, como a *Chequeado*, a Fundação Internacional para Sistemas Eleitorais (IFES) e a Faculdade de Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Chile. Os painelistas discutiram os problemas causados pela desinformação e o impacto que as novas ferramentas digitais, como a IA, podem ter sobre a disseminação da desinformação e o processo eleitoral. A segunda parte da sessão foi moderada pela Diretora da Secretaria de Cúpulas, María Cecilia Conte, e focalizou as contribuições dos Estados participantes e das partes interessadas no Processo de Cúpulas das Américas sobre as melhores práticas para assegurar a integridade da informação e combater a desinformação em contextos eleitorais. As delegações discutiram a importância de assegurar que os eleitores tenham informações verificáveis e fidedignas e de combater a desinformação durante o processo eleitoral. As delegações também debateram sobre a importância de proteger a liberdade de expressão e a necessidade de trabalhar junto com o setor privado, inclusive com as empresas de mídia social. O discurso de encerramento foi feito pelo Embaixador Hugh Adsett, Vice-Coordenador Nacional do Canadá e Representante Permanente junto à OEA.

e) Programa Regional para a Transformação Digital

Até esta data não foram realizadas reuniões desse Grupo Técnico *Ad Hoc*. Espera-se que possam ocorrer no segundo semestre de 2023.

3. Boas práticas

No decorrer das reuniões dos Grupos Técnicos *Ad Hoc*, considerando os objetivos do Calendário Provisório e dos Procedimentos de Trabalho para a fase de acompanhamento e implementação da Nona Cúpula, as delegações apresentaram boas práticas em relação aos avanços na implementação dos mandatos aprovados. Para facilitar esse trabalho, a Secretaria de Cúpulas convidou as delegações a que compartilhassem essas práticas utilizando o Formulário Padrão para a Prestação de Informações sobre Boas Práticas.^{7/} Esses e todos os formulários que sejam apresentados no futuro são contribuições para a preparação de um Banco de dados *on-line* pela Secretaria de Cúpulas, que será de acesso público. A construção de um repositório de boas práticas permite reunir, de forma sistematizada e precisa, esforços envidados pelos Estados para a implementação de mandatos.

Até esta data, as delegações do Canadá, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, México e Panamá apresentaram boas práticas utilizando o formulário padrão. Todas as boas práticas são relacionadas a mandatos do documento sobre Nosso Futuro Verde Sustentável. Os temas abordados são, entre outros, a consulta prévia e o consentimento, o dano ambiental e ferramentas de avaliação econômica, a conservação e o uso sustentável de florestas, os programas de redução de emissões, o apoio a

7. Documento publicado sob a classificação [GRIC/O.7/INF.1/22](#).

comunidades e povos indígenas no uso de terras florestais e o trabalho coordenado com o setor privado para promover boas práticas de sustentabilidade empresarial.

4. Conclusão

Para concluir, o esquema seguido até esta data para o acompanhamento e implementação dos mandatos da Nona Cúpula no âmbito do GRIC, mediante o estabelecimento dos Grupos Técnicos *Ad Hoc* para cada um dos documentos aprovados na Nona Cúpula, permitiu um diálogo e um intercâmbio fluido e enriquecedor entre os especialistas nacionais designados por seus governos e especialistas de entidades do Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas, contando com as contribuições de representantes da sociedade civil e dos atores sociais, do setor privado e da juventude. Trata-se de um processo em que, além do mais, boas práticas nacionais com capacidade de réplica vêm sendo identificadas. A dinâmica de trabalho foi similar em todos os Grupos Técnicos, apesar dos respectivos objetivos.^{8/}

A participação dos Estados, em quase todos os casos, vem ocorrendo por meio de especialistas dos ministérios e organismos especializados com competência nos temas abordados. Isso não só implica um nível de intercâmbio técnico, mas também contribui para o surgimento de redes de conhecimento na região. Do mesmo modo, os debates entre especialistas se nutriram de exposições de entidades do GTCC e de contribuições da sociedade civil especializada, inclusive atores sociais, entre eles a juventude e o setor privado.

Os temas centrais das reuniões realizadas até esta data, definidos pela Presidência e pelas copresidências, são representativos dos documentos da Nona Cúpula e de várias das prioridades do Hemisfério. Para as reuniões sobre futuro verde sustentável, foram abordados a proteção de defensoras e defensores do meio ambiente, a proteção de ecossistemas costeiros e o transporte marítimo sustentável. Com relação a esses temas, as delegações destacaram o trabalho nos foros existentes e as políticas já implementadas e suas boas práticas. Também destacaram a necessidade de se promover o intercâmbio de conhecimentos técnicos e de financiamento.

Na reunião sobre energia, foram abordados mecanismos de diálogo e de financiamento internacional e a criação de ambientes favoráveis ao investimento. As exposições das entidades do GTCC proporcionaram aos Estados, simultaneamente, vasta informação sobre os programas para a transição energética promovidos pelos bancos multilaterais que operam na região.

No que se refere às reuniões sobre governabilidade democrática, foram abordados os desafios que a região enfrenta e o tema da desinformação. Esses temas já haviam sido identificados em diversos diálogos e intercâmbios prévios como importantes obstáculos. Destaca-se a ênfase na apresentação de recomendações para que a sociedade civil especializada faça frente a eles.

Finalmente, com as reuniões em matéria de saúde foram celebrados pré-acordos sobre o mandato aprovado pelas Chefes e pelos Chefes de Estado e de Governo das Américas a respeito do desenvolvimento de um Plano de Ação sobre Saúde e Resiliência para a região. Esse Plano tem origem em um contexto de pós-pandemia e se caracteriza por promover um acesso igualitário aos serviços de saúde, favorecer os investimentos e o aproveitamento da tecnologia, fortalecer a preparação para emergências e abordar as doenças não transmissíveis. Sua preparação ficou a cargo da Presidência e

8. O Grupo Técnico cujo funcionamento difere é o de Saúde e Resiliência, no qual o objetivo de preparação de um Plano de Ação determina um contexto de negociação.

dos Estados participantes, cujos debates se viram enriquecidos pelas contribuições do GTCC e da sociedade civil e dos atores sociais, inclusive a juventude e o setor privado.

Outro aspecto característico da fase de acompanhamento e implementação por meio de Grupos Técnicos tem sido e é a ampla participação dos atores do Processo de Cúpulas. Além dos Estados participantes, as instituições que integram o GTCC vêm participando ativamente por meio de seus especialistas, proporcionando insumos técnicos para enriquecer o debate e colocando à disposição dos Estados suas competências para continuar apoiando esforços nacionais de implementação dos mandatos de Cúpulas. Representantes da sociedade civil especializada, inclusive de organizações de mulheres, do setor privado e da juventude, também puderam compartilhar suas recomendações com as delegações.

Sobre as ações realizadas, espera-se colocar à disposição dos Estados participantes nas próximas reuniões dos Grupos Técnicos *Ad Hoc* nos temas da Nona Cúpula com a participação dos diversos atores do Processo de Cúpulas.

Os documentos e relatórios de cada uma das reuniões dos Grupos Técnicos *Ad Hoc* se encontram em um portal na Internet preparado pela Secretaria de Cúpulas, disponível para acesso dos Estados participantes.